

Memória de Reunião

2ª reunião do Grupo de Trabalho de Redes Estruturais do PDUI - AUP

Data: 06.03.2018

Participantes: (ver listas de presença)

Coordenadoras pela Comissão Técnica: Monica Ferreira e Marília Fanucchi

Coordenadores pela Emplasa: Wagmar Marques e Maurício Yamada

Relatora: Maria Cláudia Lima

Síntese da discussão:

Letícia Trombeta iniciou a reunião apresentando os objetivos do plano e especificamente do Grupo de Trabalho (GT), quais sejam, produzir o relatório com a análise das propostas apresentadas na plataforma digital e o caderno preliminar de propostas, que será objeto das Audiências Públicas. Em seguida, apresentou a proposta de plano de trabalho, enviada por e-mail, que foi aprovada por todos. Sendo assim, o foco desta reunião é a elaboração de diretrizes. Letícia frisou também a importância de se fazer a leitura do Panorama e do Diagnóstico Regional para pautar as propostas.

Monica Ferreira destacou que as propostas colocadas na plataforma até o momento estão focadas no sistema viário, como a questão de pavimentação de vicinais, que não possui caráter regional. Procedeu à leitura do título de cada proposta, destacando que a maior parte trata de ações localizadas no município de Piracicaba. As únicas propostas que apresentam caráter regional são as propostas 22 e 26, sobre o trem de passageiros intercidades e o aeroporto regional, respectivamente.

Marília Fanucchi reforçou que as propostas só tratam de locomoção, sugerindo que fosse feito um levantamento dos assuntos que não foram abordados e fazem parte das redes estruturais. Monica destacou a questão da energia elétrica e do gás natural, que são vitais para a indústria ceramista. Marília destacou que não é possível cogitar expansão de produção de energia se não houver subestação, por exemplo, que está dentro do município. Disse que elaborou uma tabela com o levantamento de usinas que geram energia para geração distribuída, jogam na rede de compensação, por município. No Anuário de energia, estão disponíveis dados de quanto é consumido por município. Ficou de disponibilizar para o grupo, para subsidiar a elaboração de propostas sobre energia.

Luiz Carlos Moraes apresentou a proposta número 35 da plataforma, referente ao prolongamento do Anel Viário para os setores noroeste e sudoeste de Piracicaba. A proposta vem ao encontro da regionalidade, pois essa malha viária permite a integração com os municípios. Visa também resolver a questão da troca de mercadorias inter-regional, que atualmente ocorre por dentro de Piracicaba, gerando muitas dificuldades. Maurício Yamada apontou a necessidade de mais informações para analisar esta proposta e Luiz Carlos ficou de mandar o projeto.

Luiz Carlos expôs ainda, em relação ao Anel Viário, que há três concessionárias trabalhando para Piracicaba e que, em 2020, as concessões serão refeitas. Assim, a proposta seria fazer concessões em conjunto com outros municípios no momento da renovação do contrato, porque as obras afetam vários municípios. Marília concordou que a concessão integrada evitaria problemas, mas que esta questão deveria ser apresentada em outra proposta. Monica esclareceu que essa concessão conjunta é sobre o Anel Viário e que é necessário que os municípios sejam inseridos na elaboração do projeto. Contemplar essa questão no PDUI seria uma

forma de ouvir os municípios. Marília explicou que a inclusão no PDUI não é garantia de realização, porque essa questão não está no alcance do PDUI.

Monica sugeriu também que os municípios estabeleçam, dentro da trama de vicinais, quais têm importância estrutural para a aglomeração, para identificar o que está faltando e quais obras são necessárias. Matias Razzo acredita que aguardar os municípios fazerem essa hierarquização não é uma boa solução, porque os municípios não responderiam, em sua maioria, e que a solução seria essa construção pelo próprio GT.

Matias apresentou a proposta 21 da plataforma, que apresenta o prolongamento da SP-133 (Limeira-Cosmópolis), formando o Rodoanel de Limeira, também com o objetivo de retirar a circulação de cargas de dentro do município. A proposta já foi levada algumas vezes ao governo do Estado e faz parte do Plano Diretor de Limeira. Marília pediu complementação de informações para avaliar melhor a proposta e Matias ficou de enviar.

Monica levantou a questão da hidrovia, apresentada por Nelson Filho, representante de Santa Maria da Serra, e indagou se há proposta elaborada pelo grupo de São Paulo nesse sentido, já que nada consta na plataforma. Marília apresentou a proposta 20 da plataforma, que está em análise pelo grupo de Desenvolvimento Econômico, cujo objeto é o turismo náutico e propõe uma hidrovia. Monica entende que essa proposta tem caráter turístico e não de transporte de carga. Marília ressaltou que a proposta de turismo não alteraria o leito do rio, o ciclo da água. Monica esclareceu que o foco da hidrovia tratada por Santa Maria da Serra seria o escoamento da produção. O município deseja ser o ponto final dessa hidrovia, ou seja, que não haja expansão da mesma. Nelson explicou que, para transporte de carga, torna-se obrigatória a elevação da cota de água e isso envolve a construção de barragens, fora que esse montante de água poderia provocar inundações em diversos locais. Marília esclareceu que a proposta de extensão da hidrovia é antiga e se mostrou inviável porque destruiria o Tanquã e uma série de áreas que hoje estão protegidas pelo Zoneamento Econômico-Ecológico. Nelson concorda com a proposta de turismo náutico e frisou que quer a garantia da manutenção do projeto original, com ponto final da hidrovia para transporte de carga em Santa Maria da Serra.

Monica propôs que a educação para o trânsito apareça como uma diretriz regional, para evitar acidentes. Cleusa Cunha ficou de elaborar, junto ao Secretário de Mobilidade Urbana de Rio Claro, uma proposta nesse sentido e colocar na plataforma. Monica procedeu à análise da proposta 5 (igual à proposta 7) da plataforma, que trata da unificação das rotas de transporte público em uma plataforma online, sugeriu a complementação com transporte intermunicipal. Maurício relatou que, nas oficinas regionais, ficou a impressão de que a demanda por transporte coletivo na região não é tão alta, sendo atendida por município e por ações locais.

Luiz Carlos sugeriu um site que concentre todas as informações metropolitanas, e não só as do sistema de transporte. Letícia explicou que há dois tipos de sistema. Existe o SIM – Sistema de Informações Metropolitanas –, que pode funcionar como um banco de dados para compartilhamento de informações e monitoramento pelos municípios. O sistema da proposta 5 é diferente do SIM, na medida em que propõe um monitoramento em tempo real da rede, o que não seria do escopo do PDUI. Luiz esclareceu que não há necessidade dos dados serem em tempo real e disse que sua proposta é de uma rede que informa às pessoas quais linhas de ônibus, de todos os municípios, realizam transporte intermunicipal. Maurício informou que a EMTU opera nas regiões metropolitanas e implementa esse tipo de sistema, mas ainda não nas aglomerações urbanas; sendo assim, propôs que fosse desenvolvido algo similar ao sistema da EMTU.

Monica trouxe ao debate a proposta 6, que trata da privatização da Rodovia SP 304 Piracicaba – Águas de São Pedro. Maurício questionou se essa proposta é de caráter regional, pois cita um município apenas e a rodovia é de âmbito local. Todos concordaram que a proposta não é regional.

Matias apontou que as propostas 9, 10, 11 e 12, que tratam de revitalização, recapeamento e asfaltamento de vias no município de Piracicaba, também são de caráter local. Os representantes de Piracicaba presentes no GT reforçaram que as propostas realmente estão fora de contexto, por não serem de âmbito regional. Maurício disse que as vias citadas nessas propostas vão de encontro à proposta do Anel Viário e que, por isso, não deveriam ser refutadas no momento, para analisa-las com mais cuidado, pois parte delas podem ser aproveitadas.

Passou-se à análise da proposta 18, que propõe melhor a mobilidade, por meio da construção de diferentes modais para passageiros e cargas, que inicialmente contemple as 23 cidades da AUP, utilizando a malha ferroviária existente. Wagmar Marques questionou o que seriam diferentes modais para passageiros, se seriam terminais. Monica entendeu que seria a conexão da malha ferroviária com ciclovias, sistema de ônibus urbano. Matias sugeriu que a proposta 22, que aborda uma linha de trem de passageiros intercidades e a implantação de terminal intermodal regional em Limeira, fosse unificada com a 18. Monica disse que a questão seria definir onde se localizaria esse terminal central.

Matias complementou com a proposta de estender a linha de ligação entre São Paulo e Americana, que está sendo discutida, até Limeira. Seria uma integração intermodal de passageiros. Wagmar apontou que este é o momento certo de discutir essa questão, pois o governo formou um grupo que está debatendo o trem intercidades até Americana. Sugeriu que os prefeitos da Aglomeração solicitem ao governo do Estado a extensão até Limeira agora, para aproveitar esse grupo de discussão. No entanto, não há tempo para esperar o PDUI, sendo que a questão deve ser encaminhada politicamente. Letícia disse que também podemos incluir no PDUI, mas que é imprescindível essa articulação política.

Monica trouxe ao debate a proposta 26, de caracterização do Aeroporto de Limeira, que está em construção, como Aeroporto Regional, para atender toda a AUP. Disse que existe um debate, envolvendo Rio Claro, Piracicaba e Itacemópolis, de construção de um Aeroporto Regional em Itacemópolis. Matias esclareceu que o aeroporto já está em obras, possui todas as licenças para instalação e operação e tem área suficiente para expansão, com potencial para atender todo o Aglomerado. Os membros do GT concordaram que o Aeroporto de Limeira tenha esse status, pois já está em construção.

Marília retomou o tema da energia, comprometendo-se a encaminhar o levantamento que fez ao grupo. Luiz Carlos relatou que o Secretário de Trânsito e Transportes de Piracicaba acha complexo discutir a questão de energia no âmbito dos municípios, por não terem poder de decisão frente às geradoras e distribuidoras de energia elétrica. Marília lembrou que concessão e pedido de subestação são responsabilidades do município, que as distribuidoras têm que solicitar isso aos municípios. Frisou também que a questão do crescimento torna necessária a expansão de redes de infraestrutura. Levantou ainda a questão da capacidade de carga e da geração de energias renováveis, já que a AUP tem potencial devido à cana, pois a vinhaça pode ser utilizada para geração de biogás. É necessário tratar também a expansão da rede de gás canalizado. Monica relatou que o grupo aguardará os dados levantados pela Marília para pensar em contribuições.

Procedendo aos encaminhamentos, Letícia reforçou a necessidade da participação de todos no trabalho à distância, já que há dificuldades para fazer as reuniões por vídeo conferência ou pessoalmente com tanta frequência.

Encaminhamentos:

1. Elaboração de documento com as diretrizes elaboradas durante a reunião
2. Envio dos dados de energia levantados pela Marília
3. Envio do projeto referente à proposta 35 pelo Luiz Carlos
4. Envio de dados sobre a proposta 21 pelo Matias
5. Envio dos materiais ao grupo por e-mail
6. Prazo para retorno: cinco dias úteis